

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite encerra a Convenção “Formar para Vencer 2009” promovida para quadros da JSD



Destaques:

Fórum Portugal de Verdade, em Coimbra, com a Saúde
Pags. 2 e seguintes

Veto presidencial a lei sobre comunicação social, é “um grito de apelo à liberdade de Imprensa
Em “Actividades do PSD”

«Com uma só voz, vamos desmistificar a propaganda que este “desgoverno” nos está a tentar vender a qualquer preço»
Comunicação de um militante, em “Mensagens ao PSD”



Manuela Ferreira Leite encerra a Convenção “Formar para Vencer 2009” promovida para quadros da JSD

A Juventude Social-democrata (JSD) organizou uma Convenção de Formação de Formadores da JSD, com o intuito de preparar os quadros da JSD de cada distrito ou região, com conteúdos temáticos destinados sua participação nas eleições para o Parlamento Europeu e Autárquicas. A iniciativa contou com o apoio do PSD e do Grupo do Euro deputados do PSD, teve lugar na Maia, no hotel Egatur e decorreu de 6 a 8 de Março.

Do programa de formação destacam-se dois Jantares-Conferência, o primeiro na sexta-feira noite com Presidente do CJN do PSD, Nuno Morais Sarmento, que com o intuito de gerar a responsabilidade do actor político, falou sobre como Fazer política hoje. No Sábado foi o Deputado Europeu do PSD, Silva Peneda a falar com os jovens sobre as “Eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 2009. O Euro deputado apresentou o trabalho dos MEP do PSD em Bruxelas e os futuros desafios e temas em debate na UE que deverão ser motivo de discussão durante as eleições europeias de 2009.

“O que é ser da JSD? Causas de uma geração” foi o tema apresentado pelo Presidente da JSD, Pedro Rodrigues e pelo Deputado Agostinho Branquinho que explicou “Como se prepara uma estratégia de campanha”, desde a mensagem à imagem e à crítica, quando se está na oposição. O Euro deputado Carlos Coelho desenvolveu no Domingo de amanhã o método de “Falar Claro, como comunicar correctamente, quais as melhores técnicas para fazer passar a mensagem que pretendemos”.

O Sábado começou com o Poder Local, Funções, Competências e Financiamento. Castro Almeida, Vice-Presidente do PSD e Presidente da CM de São João da Madeira, apresentou as principais funções de uma autarquia local, fontes de financiamento e novas competências. Ao almoço, Manuel Frexes, presidente dos ASD e Presidente da CM do Fundão partilhou a sua visão pessoal sobre “Os Novos Desafios das Autarquias em Portugal”, focando os seguintes pontos: Actualidade das Funções das Autarquias; Novos Desafios das Autarquias; Especificidade da Gestão Autárquica no Meio



Urbano e Rural; Papel e Contributo do PSD.

A JASD apresentou o projecto da bolsa de ideias inovadoras, fruto da experiência de autarcas que poderão ser apresentadas e utilizadas pelos nossos militantes nos seus concelhos e freguesias.

Os 58 jovens quadros da JSD terão agora a responsabilidade de formar os militantes da JSD nas diversas áreas aqui exploradas. Para isso contam com material de apoio que lhes deverá ser fornecido: CD-ROM com conteúdos temáticos apresentados nas áreas de formação, Vídeo apresentação JSD, Manual autárquico da JSD e vídeos União Europeia.

O encerramento teve lugar no Domingo (dia 8) e contou com a intervenção da Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite e do líder da JSD, Pedro Rodrigues. A preocupação com o desemprego e o ensino foram as notas dominantes de ambas as intervenções.

A presidente do PSD considera “absolu-

tamente chocante e insultuoso que o PS, num momento em que o combate crise e ao desemprego são prioritários, aquilo com que se preocupa com a imagem e se empenhe em iniciativas faustosas “. Defendeu ainda que necessário “ser firme e substituir a ilusão pela realidade”, frisando acreditar que os jovens social-democratas “no desistem de lutar por Portugal”.

Quem cria emprego são as PME e quem as apoie a fomentar ou a defender o emprego, disse Manuela Ferreira Leite, afirmando a convicção inabalável de que qualquer política que não siga este caminho não resolve o problema, só adia e agrava as soluções. A líder repetiu a necessidade de apoiar as PME como forma de criar emprego, salientando a necessidade de investimentos que produzam efeitos imediatos no combate ao desemprego, o que, no seu entender, só pode passar pelos apoios às PME.

A líder do PSD reafirmou as suas críticas aos grandes projectos de investimento público dizendo que só servem para empobrecer Portugal e não para o enriquecer. A presidente do PSD referiu-se ao TGV, projecto que considerou “dramático, senão trágico, se o Governo avançar por aí neste tempo de crise”, cujo combate, frisou, não pode ter componentes importadas porque aumenta o endividamento de Portugal. A líder social-democrata sublinhou ainda que estes grandes investimentos públicos vão sobrecarregar as gerações futuras, o que também considerou grave. Os mais velhos vão ter como consequência desta política profundamente errada a perda de muitos benefícios de que já usufruíram, mas os

jovens nem sequer vão provar esses benefícios, afirmou.

Convicta e pragmática, disse que a prioridade do partido deve passar por pensar no futuro e nos desafios que se colocam ao País. Esta é uma luta que as pessoas entendem. Quem alerta, cumpre pelo menos o dever cívico e Histórico de ter avisado, observou.

Muito crítica em relação ao que considerou ser a actual tendência para a superficialidade e falta de consistência que é, por vezes, vista como marca de modernidade, Ferreira Leite apontou a forma como tem sido tratado o sistema educativo, como exemplo da falta de visão de futuro do actual Governo. Não é novidade para pessoa alguma que um sistema educativo sem qualidade e exigência, apenas está a prejudicar aqueles que não têm meios para obter educação para além da escola, disse, alertando para o facto de a actual situação ser também contrária à ideia de igualdade de oportunidades tantas vezes propagandeada pelo Governo. Para a líder social-democrata, a política educativa do Governo tem tido em consideração muitos objectivos, mas não a preparação dos jovens para o futuro.

O líder da JSD, Pedro Rodrigues, lembrou os combates eleitorais que se avizinham e assegurou a líder do Partido que pode contar com “um exército forte e mobilizado” para mudar o actual estado de coisas.

Não queremos trocar Sócrates por Ferreira Leite “só porque sim, mas porque queremos um governo que nos volte a dar esperança, que acredite na juventude”, afirmou Pedro Rodrigues. Para o líder da JSD, esta geração não se resigna a ter um País na cauda da Europa, por isso exige e acredita numa nova política.

Terminada a Convenção de Formadores da JSD, Pedro Rodrigues acrescentou: “Enquanto uns fazem propaganda, a JSD faz formação política dos seus quadros”. - Gab. Imp. JSD

Fórum Portugal de Verdade em Coimbra, com a Saúde

Coimbra acolheu no passado dia 5 de Março o Fórum Portugal Verdade, dedicado ao tema da Saúde, onde foram evidenciadas os maus resultados do sector face às elevadas despesas públicas deste sector.

Integrada numa assembleia com mais de uma centena de pessoas, a Presidente do Partido assistiu a um conjunto de intervenções que tiveram como oradores o director do Centro de Cirurgia Cardiorácica dos Hospitais de Coimbra, Manuel Antunes, a presidente da comissão executiva da Espírito Santo Saúde, SGPS, SA, Isabel Vaz e o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mora, Manuel Caldas de Almeida.

Neste cenário de grande envolvimento





da população e das forças vivas do distrito foi traçado um retrato preocupante sobre a saúde em Portugal pelo Prof. Manuel Antunes, que caracterizou o sistema de saúde “com quadro legislativo incoerente, ambíguo e cheio de remendos ainda por cima extremamente despesista, burocrático, lento e ineficiente”.

Características que demonstram a necessidade de uma intervenção mais enérgica do Governo, alicerçado “num modelo onde devem estar presentes o sector público, os privados e o sistema social por via de organizações como as Misericórdias”, conforme defendido pela Presidente do Partido, Manuela Ferreira Leite.

Nesta iniciativa que contou com o envolvimento da Comissão Política Distrital de Coimbra, liderada por Pedro Machado, e que foi antecedida por uma visita à Santa Casa da Misericórdia da Figueira da Foz, foi mais uma vez evidenciado o elevado interesse na audição da população, de técnicos e especialistas do sector da saúde para traçar diagnósticos com grande realidade e encontrar soluções inovadoras e expeditas para os problemas que afectam a qualidade de vida dos portugueses. - Texto e fotos, Correspondente do PL em Coimbra

Visita à Misericórdia-Obra na Figueira da Foz

A líder Presidente do PSD criticou a intenção do Partido Socialista em rever, no próximo ano, o regime das taxas moderadoras, apesar do previsível chumbo aos projectos que a oposição apresenta sexta-feira, no Parlamento.

“Eu discordo sempre que não haja uma atitude verdadeira e construtiva na política”, disse Ferreira Leite aos jornalistas, na Figueira da Foz, no final de uma visita à Misericórdia local.

Hoje, no final da reunião da bancada do PS, o vice-presidente da bancada socialista José Junqueiro disse que o PS recomendará ao Governo uma “avaliação global” das taxas moderadoras para que o regime seja modificado em 2010.

“O PS recomenda ao Governo uma avaliação global das taxas moderadoras com vista ao próximo programa de governo e ao que vai ser realizado em 2010”, afirmou o deputado socialista.

Manuela Ferreira Leite, sobre o assunto, comentou que “Sempre que há tomadas de decisões que não têm nada a ver com o interesse do País e com a resolu-

ção dos seus problemas mas apenas com efeitos mediáticos ou políticos, discordo completamente”.

A visita à Misericórdia – Obra da Figueira decorreu sem captação de imagens, proibida no interior das instalações, nomeadamente nos lares de idosos e apenas autorizada nos espaços exteriores.

A líder do PSD, que se apresentou permanentemente de óculos escuros, devido a uma conjuntivite, destacou, no final da visita, como “aspecto relevante” o funcionamento “cada vez mais com menor dependência do Estado” assumido pela instituição da Figueira da Foz, que dá assistência a cerca de 400 pessoas, desde crianças a idosos.

“Isso é um ponto importante, que dá força à instituição e lhe concede um futuro muito mais sólido do que numa situação contrária”, disse Ferreira Leite.

Dirigentes da CAP foram recebidos pela Presidente do PSD, na Sede Nacional

Manuela Ferreira Leite falou aos jornalistas na sede nacional do PSD, em Lisboa, no final de uma reunião com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), no passado dia 3.

Manuela Ferreira Leite, considerou que o Congresso do PS foi uma manifestação de culto da personalidade para com José Sócrates, excessiva e imprópria, em tempos de crise.

Por outro lado, Manuela Ferreira Leite disse já ter definido o perfil do cabeçade-lista do PSD às eleições europeias, mas não quis divulgá-lo nem indicar o prazo em que será anunciado o nome do

candidato.

“Foi uma manifestação excessiva do culto de personalidade, absolutamente imprópria para um país que está na crise em que está”, declarou a Presidente do PSD, após ser questionada sobre as conclusões que tirou do Congresso do PS.

“Não se ouviu uma palavra sobre os problemas do país e era isso que eu julgo que os portugueses deveriam ouvir”, criticou a presidente do PSD, considerando que as conclusões que tirou não serão diferentes das “que todos os portugueses tirarão”.

Na agricultura: uma política verdadeiramente gravosa e incompetente

Sobre a reunião, em si, a Presidente afirmou que o tema principal tinha sido a política que o Governo está a seguir com o sector da Agricultura, uma política gravosa, verdadeiramente dirigida contra o mundo rural, esquecendo-se que esse mundo rural representa 90 por cento do nosso território.

O Governo continua a mostrar a sua apetência pelas grandes decisões, pelas grandes obras, pelos grandes anúncios, mas quando chega ao concreto, ao mundo real, ao mundo das pessoas reais - como os agricultores - deixa ao abandono os agricultores, esquece a importância que a agricultura (e agora, estes tempos e crise, anda mais) é um sector da maior importância para Portugal e os Portugueses. Não tanto na capitulação do PIB, mas no que representa de coesão social e de grande suporte.

O Governo segue, portanto, uma



política que além de não respeitar estas características de natureza social é “especialmente gravosa” e que tem, na sua base, muito especialmente a incompetência.

Não é natural, afirmou Manuela Ferreira Leite aos jornalistas, que neste momento que estamos a atravessar, se desperdicem, por falta de utilização, recursos vultuosos a que temos direito, por parte da União Europeia. Como é possível que milhões e milhões de Euros da EU, já destinados a Portugal, não entrem no nosso País, já que o Governo, por incompetência, não toma as medidas necessárias para concretizar essa entrada.

Não só os agricultores são prejudicados, mas Portugal no seu todo. O agravamento das condições no mundo rural, é acompanhado por uma displícência e uma incompetência notórias do Governo, que tem feito anúncios de grandes apoios e auxílios, mas muitos e muitos agricultores queixa-se de não terem recebido um cêntimo, sequer...” O caso é verdadeiramente gritante” - disse Ferreira Leite que, respondendo a uma pergunta, afirmou que decerto faria tudo o que estivesse ao seu alcance e ao do PSD para modificar essa situação, mas que o faria publicamente e através dos deputados do PSD no Parlamento “que é o lugar próprio”.

O Governo continua a fazer grandes anúncios, a fazer grandes festas de inaugurações e na prática... nada!

Não é possível continuar a fazer-se política desta maneira. Não é possível que os agricultores continuem, dia a dia, a lutar pela electricidade verde, pela taxa os recursos hídricos; e que sobre isso haja anúncios, mas não haja a mínima das concretizações. Não é possível haver um País cuja política siga por esse caminho.

Ainda em resposta a outra pergunta, sobre se considerava que o que está a acontecer é resultado de uma estratégia governamental, a líder social-democrata retorqui que é muito difícil que assim não seja, pois não acredita que estando um Governo reunido, com os seus ministros e primeiro-ministro à volta de uma mesa, possa acontecer o que está a acontecer, ao longo do tempo, sem que haja um acordo governamental. Mas, ao mesmo tempo, parece-me que há aqui, também, uma grande incompetência por parte do Ministro da tutela, embora o Ministério da Agricultura não tenha sido re-estruturado, mas sim, praticamente, destruído, e talvez essa destruição impeça que, em tempo útil, os fundos disponíveis possam chegar às mãos os agricultores.

“Eu acho isso uma irresponsabilidade sem nome!” - disse - “pois estamos a falar de um País, de uma população, de pessoas! E estamos ainda a falar doutra coisa: Todos nós referimos sempre entre as grandes diferenças de desenvolvimento, que há entre o mundo rural e o mundo urbano, e falamos da desertificação dramática do interior”.

Ora, segundo Ferreira Leite, se forem tomadas (activamente, ou por omissão) medidas que contribuam decisivamente para o agravar da situação de desertificação, vamos ao atropelo de tudo o que se considera desejável e justo. Para este governo, uma coisa é o discurso e outra é a prática. “Onde é que estão as medidas para o equilibrado desenvolvimento de Portugal?” perguntou.- Fonte: Audio Visuais PSD, Lusa, Redacção PL



Veto presidencial a lei sobre comunicação social, é “um grito de apelo à liberdade de Imprensa

O PSD considerou hoje que o veto presidencial à lei do pluralismo e não concentração da comunicação social “é um grito de apelo à liberdade de imprensa” e que o PS tem de refazer a lei.

A lei foi aprovada no final de Janeiro apenas pela maioria parlamentar do PS, com os votos contra de toda a oposição, e foi hoje vetada pelo Presidente da República, Cavaco Silva.

“Se o PS entender isto como um braço-de-ferro com o Presidente da República e não fizer alterações a este diploma o que estará a fazer é um braço de ferro com a liberdade de expressão, com a liberdade de imprensa”, declarou à agência Lusa o deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Luís Campos Ferreira.

Segundo o social-democrata, “a lei inteira é má”, pretende tornar os media “mais vulneráveis aos interesses do poder político” e “este veto do senhor Presidente da República é um grito de apelo à liberdade de imprensa, que o Governo socialista pelos vistos tenta condicionar”.

“Consideramos que esta é uma oportunidade que o senhor Presidente da República está a dar ao PS e ao Governo socialista de corrigirem um diploma que afronta aquilo que é a liberdade de imprensa, o direito de informar e o direito de ser informado”, reforçou.

Luís Campos Ferreira disse à agência Lusa que “o PSD subscreve todas as críticas” feitas por Cavaco Silva à lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social e concorda que o Parlamento deve aguardar a conclusão do estudo da União Europeia sobre esta matéria antes de voltar a votar o diploma.

“Já tínhamos manifestado estas preocupações”, referiu.

“Recomendei que se esperasse pela conclusão do estudo europeu. Está em fase muito adiantada e já se conhecem algumas conclusões. Uma delas é que há grandes grupos de comunicação social onde há liberdade editorial e há micro grupos onde não há liberdade editorial.



Ou seja, a conclusão é de que a concentração não tem a ver com o pluralismo, são dois conceitos distintos”, acrescentou.

De acordo com o deputado do PSD, a lei aprovada pela maioria socialista “tem um problema de estrutura porque confunde concentração com falta de pluralismo” e por isso “o articulado é todo ele mau”.

Além disso, Luís Campos Ferreira alega que “a lei inteira tem um objectivo muito claro: fragilizar do ponto de vista económico os meios de comunicação social para os tornar mais vulneráveis aos interesses do poder político”.

“Em Portugal falta pluralismo na comunicação social porque ela é economicamente vulnerável. Esta lei não resolve este problema”, defendeu, concluindo que o PSD só poderá apoiar o diploma se este for estruturalmente alterado e se tiver em conta as conclusões da União Europeia.

O social-democrata responsabilizou o ministro dos Assuntos Parlamentares, dizendo que “a metralhadora legislativa que é o senhor ministro Santos Silva, que nesta área legisla mais depressa do

que a sua própria sombra, não resolveu ainda um único problema do sector, só os agravou”.

O PSD apresentou na sexta-feira, no Parlamento, uma proposta de estratégia de intervenção para minorar a insegurança que o partido considera sentir-se em todo o país, disse o deputado social-democrata Fernando Negrão.

De acordo com Fernando Negrão, o PSD agendou para sexta-feira passada, um debate sobre política de segurança motivado pelos dados sobre a criminalidade no país como o de que “na região da Grande Lisboa há três assaltos com armas de fogo por dia”.

“Não vemos por parte do Ministério da Administração Interna nenhuma medida, nenhuma estratégia para garantir, no mínimo, que isto não piora”, criticou o ex-director da Polícia Judiciária (PJ) e ex-ministro da Segurança Social.

“Vamos fazer um diagnóstico e propor uma estratégia de intervenção para minorar este sentimento de insegurança que está a alastrar a todo o país”, adiantou Fernando Negrão.

Alargamento do prazo de pagamento de dívidas do Estado a fornecedores “é a confissão de que o programa falhou”

O PSD afirmou, na quinta-feira, que a decisão do Governo de alargar até ao final de Junho o prazo de pagamento de dívidas do Estado a fornecedores “é a confissão de que o programa falhou”.

“Esta decisão do Conselho de Ministros vem demonstrar que este é um dos grandes falhanços do Governo PS nos últimos meses”, declarou o vice-presidente da bancada do PSD Hugo Velosa aos jornalistas, no Parlamento.

“Isto é a confissão do falhanço do Governo nesta matéria fundamental. Adiar outra vez, para Junho, o cumprimento deste pagamento é a confissão de que o programa falhou”, reforçou Hugo Velosa.

O secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, anunciou o alargamento até ao final de Junho do prazo para a apresentação de candidaturas ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), uma linha de financiamento destinada às autarquias e regiões autónomas.

Emanuel dos Santos considerou que o período previsto para o PREDE, até 15 de Janeiro, “foi demasiado curto”, referindo que muitos municípios “não tiveram tempo para aderir ao programa”.

Segundo o secretário de Estado do Orçamento, no âmbito do PREDE foram pagos até ao momento 415 milhões de euros e o programa foi aberto com um montante de 1.250 milhões de euros, estando o restante disponível para a

segunda fase.

Questionado se o prolongamento do prazo não traz vantagens porque ainda há dívidas por pagar, o deputado do PSD Hugo Velosa respondeu que “se o Governo fechasse o programa seria pior do que alargar o prazo até Junho” mas reiterou que “alargar o prazo é a confissão do falhanço”.

Por outro lado, Hugo Velosa exigiu “que o Governo diga exactamente quanto é que até agora cumpriu em termos de pagamento a credores do Estado desde que o programa foi lançado e quanto falta pagar”.

“O Governo mais uma vez não diz toda a verdade”, acusou.

Hoje, questionado sobre o valor total das dívidas do Estado, o secretário de Estado do Orçamento não respondeu directamente mas disse que uma estimativa feita pelo Governo no início do PREDE, em Novembro, apontava para um valor na ordem dos 2.250 milhões de euros.

De acordo com Emanuel dos Santos, além dos 415 milhões pagos no âmbito do PREDE, num outro programa lançado em Fevereiro de 2008 foram utilizados 335 milhões de euros em linhas de financiamento.

“Adicionando estes dois valores às dívidas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como a outras dívidas que no último trimestre de 2008 foram regularizadas pela Administração Central, temos autorizados pagamentos superiores a 1.800 milhões de euros”, acrescentou.





Luís Rodrigues acompanhou a visita da Princesa de Kent à Casa-Museu da fundação Medeiros e Almeida

O Secretário-geral adjunto do Partido Social-Democrata, Luís Rodrigues, foi um dos 14 convidados para a recepção organizada no passado dia 3 pela Fundação Medeiros e Almeida para SAR a princesa de Kent, mulher do Príncipe Michael, sobrinho da Rainha de Inglaterra.

Do programa constava uma visita guiada à Casa Museu, que reúne um acervo de 8,000 peças divididas entre arte sacra, pratos, jóias, relógios, escultura, pintura, faianças, porcelanas, tapeçarias e mobiliário, conduzida pelo administrador da Fundação, João Medeiros e Almeida.

A princesa de Kent, é uma conhecida colecionadora de arte, respeitada internacionalmente pelo trabalho que tem



desenvolvido em prol da defesa do património histórico europeu, e integra um conjunto de organizações que promovem actividades na área cultural.

Entre os convidados, estavam representantes da aristocracia europeia, como os De Rocamor e Pedro Luiz de Orleans

e Bragança. Ao longo da visita à Casa Museu, foi possível tomar contacto com objectos singulares, como a primeira peça de porcelana da China encomendada por europeus, no século XV, um gómital realizado expressamente para Dom Manuel I de Portugal, ou o relógio Breguet encomendado em Paris pelo Marechal Junot, pouco antes da primeira invasão napoleónica. A “tazza Aldobrandini”, um serviço de chá português adquirido para Napoleão a caminho do exílio, pratos de Paul Storr pertencentes à família real inglesa, pinturas de Rubens, Tiepolo, Moro e Brueghel, um acervo de valor inestimável reunido pelo empresário de origem açoriana António Medeiros e Almeida ao longo do século XX, com os proventos conquistados nas suas múltiplas actividades: importação automóvel, aviação ou combustíveis. António Medeiros e Almeida foi um mecenas visionário, que privou com os grandes do seu tempo. Condecorado pelo rei de Inglaterra, George V, pelo seu auxílio ao aliados, foi também um patriota que deixou como legado ao seu país a fundação que leva o seu nome e que torna hoje possível aos portugueses o acesso a um acervo cultural que reúne peças únicas no mundo. A Fundação Medeiros e Almeida desenvolve actividades junto do público infantil e juvenil, para além de atribuir bolsas para estudos superiores a jovens nas áreas de música, pintura, cinema ou escultura.

A reputação internacional da Casa Museu pesou fortemente na vinda da princesa de Kent a Lisboa, que aproveitou para reunir com um conjunto restrito de personalidades representativas da sociedade e cultura portuguesas. Entre os convidados estavam representantes da banca, gestores, colecionadores de arte e políticos, como o deputado do PSD eleito por Setúbal, Luis Rodrigues, que aproveitou a oportunidade para convidar este elemento da família real inglesa a regressar ao nosso país numa ocasião próxima, na sequência das explicações que deu sobre os vinhos do jantar, onde pontificava um moscatel de Setúbal.

O parlamentar social-democrata tem-se destacado na promoção de Portugal e das denominações portuguesas

desde 2001, quando passou a integrar a Assembleia da República. Dentre as iniciativas de maior projecção, ao longo destes anos, contam-se a recepção com



os príncipes de Ligne, em Bruxelas em 2003, e a visita a Setúbal do chefe da Casa Imperial do Brasil. Para Luís Rodrigues é fundamental conseguir projectar uma imagem positiva de Portugal, e isso deve ser realizado através de uma estratégia que possibilite também o contacto com decisores e opinion leaders como a princesa de Kent, pois “estas personalidades exercem grande influência, quer nos seus países de origem, quer noutros, através do acesso que têm junto a média de referência e de grande expansão, e constituem um aliado fundamental na promoção do nosso país” afirmou Luís Rodrigues no final do evento.

Governo faz plágio (embora mal feito...) às medidas de estímulo à economia que o PSD tem vindo a formular há bastante tempo

O PSD acusou hoje o Governo de aproveitar as “medidas de estímulo à economia, do PSD, com alguns ajustamentos - para pior!”, como no caso dos certificados de aforro e da taxa social

única, considerando que a crise deu razão aos sociais-democratas.

“A actual crise pôs a nu a debilidade estrutural da economia nacional e a incompetência do Governo”, disse o deputado social-democrata Duarte Pacheco numa declaração política no Parlamento, onde também acusou o Governo de ter atravessado uma fase de “negação da crise”.

O deputado evocou as palavras de Manuela Ferreira Leite no Verão de 2008, quando defendeu como “prioridades o apoio ao emprego e às pequenas e médias empresas”.

“O PSD apresentou medidas de estímulo à economia, a realidade deu razão ao PSD e o Governo tem vindo implementá-las com ajustamentos”, acrescentou.

“Quando o PSD propôs a criação de um programa de pagamento de dívidas às empresas, o PS recusou, o Governo adoptou-o mais tarde, o PSD propôs a redução da taxa social única de modo a diminuir os custos do trabalho, o PS recusou e o Governo adoptou esta medida, embora mitigada para alguns sectores”, enumerou Duarte Pacheco.

Pacheco referiu ainda o “período excepcional na atribuição do subsídio de desemprego” que o Governo “veio a adoptar para o subsídio social do desemprego” e que o PSD “propôs que o IVA passasse a ser pago no momento do recebimento”, tendo o Governo proposto esta medida para “o sector dos transportes”.

“Tanta falta de competência e de sensibilidade para com os problemas das empresas, está provado ou não que o PSD tinha razão com as medidas que apresentou? O país estaria bem melhor se não fosse a arrogância do PS e do Governo”, advogou o deputado.

“Há um ano, de forma impensada, reduziu as remunerações dos certificados de aforro o que resultou no pior estímulo à poupança, que o PSD criticou desde esse momento” referiu Duarte Pacheco, dizendo que entretanto o Governo “recuou fazendo publicar uma portaria que aumentou a remuneração de parte dos certificados”. - Fontes: Povo Livre, Lusa,



Intervenção Dep. Duarte Pacheco 05 de Março de 2009.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A crise financeira internacional iniciada no verão de 2007 e agravada em Setembro de 2008 veio pôr a nu as debilidades estruturais da economia portuguesa e a incompetência do Governo em lidar com a situação.

Todos recordamos sucessivas declarações do Governo Socialista as quais evoluíram, desde a negação da crise e a desqualificação do Fundo Monetário Internacional até ao anúncio do fim do mundo.

Em contrapartida, o Partido Social Democrata demonstrou serenidade, compreensão da situação e sensibilidade com a realidade sentida pelos portugueses.

Consequentemente, ainda antes do último Verão já a Dra. Manuela Ferreira Leite afirmava que a prioridade da acção governativa deveria ser o emprego e o apoio às pequenas e médias empresas.

O Partido Socialista riu-se e desviou a conversa.

Aquando do Orçamento do Estado para 2009, o PSD coerente com o seu discurso, apresentou um conjunto de medidas de estímulo à economia.

Todos recordamos a excitação do Sr. Ministro das Finanças ao recusá-las e ao apelidá-las de populistas e despesistas.

Só que, como a realidade deu razão ao PSD, que tem feito o Governo? Paulatinamente, com alguns ajustes, tem vindo a implementá-las, mostrando assim o desnoite da sua actuação e a ligeireza com que recusou as propostas que o PSD apresentou.

Vejamos:

1. O PSD propôs a criação de um Programa de Pagamento das Dívidas do Estado às Empresas. O PS recusou. O Governo adoptou-o mais tarde, apesar dos resultados ainda não serem visíveis.

2. O PSD propôs a Redução da Taxa Social Única, de modo a diminuir os custos do trabalho. O PS recusou. O Governo adoptou esta medida, embora mitigada, para alguns segmentos da nossa economia.

3. O PSD propôs o Alargamento Excepcional do Período de Atribuição do Subsídio de desemprego, face à previsível dificuldade na recuperação do emprego no presente ano. O PS recusou. O Governo veio a adoptar esta medida para o Subsídio Social de Desemprego.

4. O PSD propôs a alteração do regime do Pagamento do IVA, de modo a que este deixe de estar ligado ao momento da facturação e passe a ser pago no momento do recebimento. O PS recusou. O Governo veio a propôr uma alteração ao regime do IVA para o sector dos transportes de mercadorias e para os serviços prestados ao Estado de valor superior a € 5.000 (cinco mil euros).

5. O PSD propôs a extinção do Pagamento Especial por Conta. O PS recusou. O Governo procedeu à diminuição do



montante mínimo do Pagamento Especial por Conta.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Tanto desnoite
Tanta falta de competência e de sensibilidade com os problemas das empresas.

Está hoje provado que o PSD tinha razão quando apresentou as medidas já referidas. Se não fosse a arrogância e a mesquinhez do PS, em nada aceitar quando são sugestões da oposição, o País estaria hoje bem melhor e tínhamos ajudado, atempadamente, as empresas e as pessoas a superarem as dificuldades com que se debatem. Mas,

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Para a cambalhota governativa ser completa, faltava ainda o Governo adoptar uma medida que o PSD propôs em Outubro e que o PS recusou.

Há um ano, de forma impensada, dando um sinal errado ao País e alterando a meio do Jogo as regras acordadas com os portugueses, o Governo decidiu reduzir as remunerações dos Certificados de Aforro.

Quando o endividamento das famílias atingiu em 2007, 129% do rendimento disponível, o Governo não podia ter dado pior estímulo à poupança.

O PSD criticou, desde esse momento, a decisão governamental que feriu a relação contratual estabelecida com milhares de pequenos aforradores.

A Dra. Manuela Ferreira Leite apelidou, logo em Fevereiro de 2008, esta decisão do Governo de imoral e desonesta. Aqui nesta casa, os deputados Hugo Velsa, Patinha Antão, Guilherme Silva, Miguel Frasquilho exortaram o Governo a rever a sua decisão e no Orçamento do Estado para 2009, o PSD apresentou uma Proposta para repor o sistema anterior.

De novo, o PS recusou. Chegando a afirmar que os certificados de Aforro eram usados pelas grandes fortunas. Ridículo.

Após milhões de Euros resgatados pelos portugueses, esta semana o Governo

recuou, fazendo publicar uma Portaria que aumentou a remuneração de parte dos Certificados de Aforro.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Está tudo dito. Aos portugueses, a cada português compete fazer a avaliação.

De um lado temos um Governo que actua de forma desnorteada, ao retardador, chegando sempre tarde à realidade,

contribuindo objectivamente para o agravamento dos problemas com que Portugal se defronta.

Por outro lado, o PSD que compreende a realidade do dia-a-dia dos portugueses e apresenta no momento certo, as medidas que o País necessita.

Conscientes da razão que temos, que o tempo tem confirmado e que a acção do Governo tem sublinhado, enfrentamos com confiança o juízo dos portugueses.

Disse.

Intervenção do deputado Fernando negrão 5 de Março de 2009

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Temos hoje para discussão um Projecto de Lei, da iniciativa do PS, que pretende ampliar as medidas de protecção das uniões de facto.

Importa, desde já, referir que as uniões de facto são, de entre outras, o resultado das grandes transformações operadas na sociedade através dos tempos que se repercutiram nas mentalidades, nos costumes, nas formas de relacionamento entre homens e mulheres e, portanto, nas próprias arquitecturas familiares.

Destaco, a situação da Mulher, a sua luta pela emancipação e pela realização pessoal, o controle de natalidade, a elevação das taxas de fecundidade, bem como os desequilíbrios demográficos e os resultados da investigação científica no campo da genética.

Por isso, a CRP no seu art. 36º nº1, faz uma clara distinção entre o direito de constituir família e o direito a contrair casamento, assim admitindo de forma inequívoca as uniões familiares de facto.

Para a definição da respectiva protecção legal foram aprovados, nesta Câmara, a Lei 135/99, de 28/8, que regulou pela primeira vez a situação jurídica a situação jurídica de pessoas de sexo diferente que vivem em união de facto há mais de dois anos e, posteriormente, a Lei 7/2001, de 19/05, que veio admitir a união de facto homossexual ao lado da união de facto heterossexual, reconhecendo-lhes efeitos jurídicos de algum relevo.

Por isso, é hoje, reconhecido aos casais em união de facto, um conjunto significativo de direitos, designadamente:

- Protecção da casa de morada de família;
- Possibilidade de beneficiar do regime jurídico de férias, faltas, licenças e colocação no âmbito da Administração Pública;
- Aplicação do regime do imposto de rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados;
- Protecção na eventualidade de morte do beneficiário;
- Prestação por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional;

- Pensão de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País;

- Direito de adopção, aos casais heterossexuais unidos de facto.

Pretende, agora, o PS alargar este conjunto de direitos, sem cuidar de reflectir acerca da natureza distinta das figuras da “união de facto” e do “casamento”, já que com tal ampliação de direitos se torna quase imperceptível distinguir uma da outra, assim criando o PS um problema novo e desnecessário e que é o de perceber qual ou quais as razões que levam a optar por organizar uma vida em união de facto, ou através do casamento.

E é aqui, que se situa a nossa profunda discordância relativamente à iniciativa legislativa em apreço.

E discordamos, porque entendemos que esta aproximação excessiva de regimes entre a união de facto e o casamento, configura uma limitação inadmissível à possibilidade de escolha de quem quer organizar, ou reorganizar, a sua vida e deve ter à sua disposição soluções claras e alternativas.

E, ainda, porque em nossa opinião, esta quase ausência de alternativa, fere os princípios da liberdade, por impedir a escolha, e o da responsabilidade pessoal, por minorizar o cidadão ao não lhe reconhecer o devido discernimento para poder optar.

Em suma.

O actual quadro jurídico das uniões de facto não deve ser alterado, como pretende o PS, por se mostrar adequado aos tempos actuais, fornecer alternativas claras aos cidadãos e respeitar os direitos à liberdade e à responsabilidade pessoal.

Disse





Professores de Inglês nos primeiros ciclos: “A Verdade da Mentira”

... Gostaria de alertar para uma situação com a qual gostaria que o Governo fosse confrontado.

Um Governo que se auto-glorifica por ter inserido o ensino de Inglês nos primeiros ciclos. Entende “Ele” que foi um passo fundamental na reforma da Educação.

No entanto, é lamentável que desde que este programa de aulas extracurriculares se iniciou, e já lá vão 4 anos, os professores sejam pagos a recibos verdes, como trabalhadores liberais, quando na realidade não exercem a sua função de forma autónoma, liberal e sem horário. Exercem uma actividade, que enquadra uma situação atípica de contrato de trabalho e não uma prestação de serviços.

O Governo transmite a ideia de combater a precariedade no emprego, no entanto na realidade não cumpre ele próprio

essa mesma precariedade. Exemplo disso mesmo é o tão “badalado” ensino do inglês em que os professores à semelhança de outros professores (música, educação física) são pagos como trabalhadores liberais, como prestadores de serviços, quando na realidade têm efectivamente um contrato de trabalho, subordinado, com horário específico.

É lamentável que o Governo continue com esta situação, em que milhares de professores vêm a sua situação profissional degradada, sem quaisquer direitos nem protecção social.

É tempo de o Governo assumir as suas responsabilidades, tem professores a trabalhar para si, logo, tem de cumprir a lei.

- (Identidade do nosso correspondente, omitida por critério editorial)



Um exemplo...

Como já o informei, quando contactei a 1ª vez (por esta via) o nosso partido sou a Militante “nº xxxxxx”. Por força da vida profissional e familiar, encontro-me a exercer funções na Segurança Social, no Gabinete Jurídico, visto ser licenciada em Direito, no mínimo até ao fim do ano.

Acontece que como é do conhecimento geral a zona do distrito de Viana do Castelo é um bastião rosa. Com a aproximação dos três actos eleitorais, a actividade partidária vai intensificar-se e o ataque à oposição nem se fala.

Até ao momento nunca exerci militância por falta de tempo e de entusiasmo. Neste momento e atendendo ao local, e circunstâncias nacionais, chegou a hora de fazer alguma coisa “pró” este Portugal desiludido e a cair no abismo, com um timoneiro prepotente e incapaz de ouvir a voz da razão.

A minha pergunta é esta: qual a estrutura existente em Vila Nova de Cerveira do PSD, e a quem será possível dirigir-me para me sentir um pouco em casa e com pessoas com as mesmas ideias.

- (Identificação da nossa correspondente omitida, por critério editorial)

Está a chegar a Hora!

Como militante dos T.S.D e do P.S.D, e depois de ter assistido pela T.V ao grande lançamento de inverdades em Espinho, do partido que nos desgoverna; e estando já farto de tantos vendedores de ilusões, quero lembrar aos meus dirigentes que está na hora de o Partido convocar uma grande reunião de todos os Militantes que estão nos Sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores e Secretariados Sindicais para - com uma Ordem de Trabalhos que nos incentive - nos prepare, para, a uma só voz conseguirmos desmistificar a propaganda que este desgoverno nos está a tentar vender a qualquer preço, preços de saldo para Sócrates, preços de jóias caras para a nossa pobre bolsa!

Vamos ter 3 grandes eleições, está a chegar a hora.

Contem comigo!

- Vieira Nunes

Artigo de Opinião

“A MULHER” (no “Dia Internacional da Mulher”)

José Carlos Sebastião (*)

Pode parecer um contra-senso, numa “sociedade” que se diz moderna e que na sua Lei Fundamental tem escrito “Todos os cidadãos têm direito à mesma dignidade social e são iguais entre si. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua (...)”, comemorar o Dia da Mulher.

Parece-me que ao celebrar este dia, a sociedade pretende chamar a atenção para o papel da mulher na comunidade e o seu contributo na sua construção, tentando, ao mesmo tempo que a vítima, fazer com que todos tomem real consciência para a importância que as mulheres efectivamente têm.

No entanto, os actos que a sociedade apregoa, não se coadunam com o que pratica. Apesar de ter uma Constituição que fala em direitos iguais, vê-se forçada a criar uma “Lei da Paridade” que, infelizmente, continua a não ser cumprida, na maioria dos casos.

A comemoração deste Dia, teria sentido se ainda vivêssemos numa época onde o papel da mulher se resumia a ser mãe, esposa, dona de casa ou se, porventura, ainda estivéssemos no século XIX, mais ou menos no período da Revolução Industrial, onde muitas mulheres executavam ofícios e tarefas iguais aos homens, mas com uma remuneração muito inferior.



Teorias há, que as reivindicações femininas, surgiram apenas nessa altura, a 8 de Março de 1857, porém, na minha opinião, o papel das mulheres e a luta

para integrarem o mundo “masculino”, é bem anterior, quem sabe vem já dos primórdios da democracia. Aristófanes, um dramaturgo grego, escreveu em 411 a.C. uma obra que retratava a sociedade de então, onde as mulheres fizeram greve ao sexo, como forma de forçar Atenenses e Espartanos a estabelecerem a paz entre si.

Mas o que mais me entristece é que passados milénios desta obra, passados séculos de luta registada das mulheres pelos seus direitos, passadas décadas de liberdade em que vivemos, passadas décadas em que a Constituição Portuguesa tem consagrada a igualdade de direitos, exista uma data no calendário, em que se comemora o dia da mulher. Este esforço



feminino para impor a igualdade de direitos, oportunidades, respeito... já deveria ter terminado, porque já não faz sentido.

Vivemos numa época em que existem mais mulheres que homens. Nas escolas, nas universidades, nos empregos, em todas as áreas da sociedade, o sexo feminino sobressai quer em número, quer em capacidade de trabalho. Vivemos numa época onde os empregos tradicionalmen-

te masculinos, tendem a desaparecer, mas verifica-se que as mulheres raramente chegam aos cargos de topo, a administrações de empresas sejam elas publicas ou privadas e quando chegam nunca são reconhecidas realmente pelo seu valor, ou sequer remuneradas tal como os homens.

De quem é a culpa?

Meus caros, a culpa é de todos nós que fazemos e compomos a "sociedade". A

culpa é da mentalidade ancestral, retrógrada e preconceituosa que todos, repito todos, homens e mulheres, teimam em manter, em nome de "tradições" e mostram uma elevada resistência a mudanças.

Cabe a cada um de nós, no dia a dia, incentivar à mudança de pensamentos, mentalidades e formas de estar na vida e no mundo em que vivemos, fazendo com que todos os dias sejam os "Dias do

Homem e da Mulher".

Não esquecendo, e louvando todas as lutadoras que ainda existem, vamos eternizar este dia porque, SOMOS TODOS DIFERENTES, PORÉM TODOS IGUAIS.

- (*) Vice-Presidente da CPS/PSD-Barreiro

Têm rosto e têm nome!

(*) Alberto João Jardim

Só um cego é que não vê que, felizmente, os autonomistas sociais-democratas souberam infraestruturar a Madeira, a tempo.

A tempo, porque houve um aproveitamento integral dos fundos da União Europeia, tão correcto que mereceu prémios anuais da mesma União, pela boa execução havida.

A tempo, porque sobretudo que desde a ocasião em que apenas eram quatro os Países da Coesão, Portugal, Espanha, República da Irlanda e Grécia.

A tempo, porque hoje as conjunturas nacional e internacional são completamente diferentes, para pior.

Mas é bom que nos recordemos de tudo. Que nos recordemos de que principalmente comunistas e socialistas, tudo fizeram para contrariar esta estratégia certa. Houve alguma obra com que na altura concordassem?...

Que nos recordemos de que houve imprensa que atacou tudo isto, e ainda ataca.

E esta gente, dos partidos e da imprensa, têm rostos e têm nomes.

Se não tivéssemos aproveitado os Fundos Europeus, não era agora que, divididos por mais de dez países, permitiriam a execução do que foi feito.

Como o custeio obrigatório pela Região Autónoma da quota nacional que cabia pagar em cada empreendimento, tornaria impossível o realizado, se não geríssemos correctamente os dinheiros públicos e, antes e pelo contrário, tivéssemos ido atrás das propostas de subsídios, borlas e preços caritativos que, demagogicamente, a indigente Oposição que temos, vinha propondo.

Mas esta Oposição e a «sua» imprensa têm rostos e têm nomes.

É bom que vejamos que esta infra-estruturação alterou radicalmente as condições sociais e habitacionais da vida do Povo Madeirense.

Que proporcionou a generalização educativa e cultural, antes privilégio de muitos poucos.

Que trouxe a energia e a água à maioria do território, que escandalosamente de tal não usufruía.

Que proporcionou Saúde a todos, bem como novas e inadiáveis condições de salubridade pública.

Que criou mais postos de trabalho.

Que permitiu novas consequentes formas de poupança, logo também de mais consumo e mais comércio, possibilidades para mais investimento, maior aforro e mais receitas públicas.

Que modernizou a agro-pecuária e a frota de pesca, criou zonas protegidas em



terra e no mar, em percentagem maioritária do território.

Que solucionou as mais importantes infra-estruturas de acessibilidades externas – aeroportos e portos – bem como as internas.

Que construiu um Património novo, em dimensão mais do que bastante para garantir a imprescindível dívida pública.

Sobretudo, substituiu a velha sociedade feudal e hierarquizada, por uma sociedade moderna, solidária, democrática e de um grande civismo comprovado. Pelo que aquilo a que venho chamando a «Madeira Velha» - já escrevi, a explicar de que se trata – me devota um ódio de estimação.

Mas não esqueçamos os que, na política e na imprensa, remaram contra todas estas transformações. Têm rosto e têm nome. Mas falharam-lhes as várias tentativas de sabotagem.

Apesar de continuarem a exigir mais despesa não reprodutiva, para não haver receitas que permitam finalizar a infra-estruturação, bem como para não se assegurar a criação de Emprego.

Apesar de, agora, serem solidários com as vergonhas indecorosas que o Governo socialista, instrumentalizando o Estado político-partidariamente, faz abater sobre o Povo Madeirense.

Apesar de, na Assembleia Legislativa e na imprensa, falarem contra o cimento, betão, asfalto, etc. – como se fazia a infra-estruturação?!... – e depois o irem exigir para as diversas localidades.

Apesar de até criticarem as manutenções ou transformações que o edificado acaba sempre por exigir, num conservadorismo saloio, ou de má-fé, que propugna que se deixe cair, apodrecer, e que não se façam as alterações que o decorrer do tempo exige.

Apesar de o Bem Comum democrático exigir as expropriações indispensáveis, enganarem pessoas, fazendo-as gastar mais dinheiro em contestações que acabam por não proceder, só para se perder tempo e dinheiro. É engraçado ver comunistas e socialistas radicais, tão empenhados numa hipócrita sua «defesa da propriedade privada»!...

Apesar de não hesitarem na insinua-

ção reles sobre a honradez e o respeito de quem não lhes apoia o jogo.

Há gente, na política e na imprensa, que fez e faz todo este mal.

Têm rosto e têm nome.

Perdoemo-lhes.

Mas que nunca os esqueçamos! - Advogado, Presidente da CPR/Madeira-PSD e do Governo Regional

“O” Economia

Ricardo Rio (*)

No passado Domingo voltou a assinalar-se o Dia Internacional da Mulher, numa altura em que para muitas das vistas esta efeméride é já desnecessária e em que outras tantas continuam a considerar estarem longe de ser cumpridos os objectivos que presidiram à sua instituição, com vista à promoção de uma verdadeira igualdade de género, nos diferentes domínios de intervenção da esfera social, cultural, política e, obviamente, económica. E, em verdade, qualquer das abordagens pode estar correcta, porque tal como acontece em várias outras facetas da nossa sociedade nos tempos modernos, a realidade é cada vez mais dicotómica e assimétrica.

Assim, podemos claramente evidenciar um número crescente de mulheres que registaram uma fulgurante ascensão

social, no sentido em que assumiram papéis de crescente responsabilidade ou liderança nos meios associativos, empresariais, profissionais ou políticos (Portugal pode, até, voltar a ter uma Primeira-Ministra duas décadas depois de Maria de Lurdes Pintassilgo).

Ao mesmo tempo, porém, continua a perpassar a preocupação com as inúmeras desvantagens que recaem sobre as trabalhadoras do sexo feminino, ao nível das oportunidades de emprego, das perspectivas de carreira ou dos níveis de remunerações, sendo também as mulheres as vítimas mais frequentes de um sem número de patologias sociais. E esta realidade continua a ser manifestamente dominante.

Daí que, qualquer que seja a perspectiva utilizada, há que reconhecer alguma





lentidão no caminho para a “paridade de género” também nos vários domínios da intervenção na economia, um sector que continua especialmente masculino - o que é de estranhar, pois dizemos “A” Economia e não “O” economia... se até a palavra é feminina!

A nível internacional, estudos apontam para que as mulheres ainda constituam mais de 70% do total de pobres no mundo, enquanto que dados da Organização Internacional de Trabalho demonstram que o sexo feminino tem ganho um peso crescente na População Activa Mundial.

Para tal, muito contribuíram quer a revolução cultural dos anos 60/70 e o maior acesso à educação por parte das mulheres, quer o aproveitamento dos menores salários e níveis de protecção social das mulheres trabalhadoras nos países em vias de desenvolvimento, que hoje asseguram a competitividade das indústrias de mão-de-obra intensiva desses países.

Ainda neste domínio, os dados internacionais apontam para que a população feminina seja a mais atingida em períodos de recessão e aumento de desemprego. Em Portugal, os recentes dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, relativos às taxas de desemprego no último trimestre de 2008, demonstravam que a taxa de desemprego das mulheres atingia os 8,9% contra 6,8% na população masculina.

Por razões de índole social e familiar, as mulheres tendem a optar mais por trabalhos em regime temporário e, até, a demonstrarem um maior nível de empreendedorismo.

Esta é também uma tendência comprovada no nosso país, onde proliferam as associações representativas de mulheres empresárias e onde se regista o maior ascendente feminino na participação no emprego do conjunto dos países da União Europeia (UE).

Segundo dados da UE, o emprego feminino por conta própria ainda se cifra muito abaixo dos 40% do total na Europa (contra um número bem superior nos Estados Unidos), registando uma taxa de crescimento igualmente mais lenta no nosso continente.

Em resposta a estas estatísticas, a Direcção-Geral da Empresa da UE desenvolveu há já vários anos o projecto Best sobre a “Promoção do espírito empresarial feminino”, visando o intercâmbio de informações entre os Estados-membros em matéria de boas práticas neste domínio.

Segundo os responsáveis da Comissão Europeia, esta é uma aposta prioritária para que a Europa atinja os objectivos definidos na Cimeira de Lisboa, tendo em conta que “o potencial criativo e empresarial das mulheres constitui uma fonte latente de crescimento económico e de novos empregos”.

Também a nível nacional, é frequente depararmo-nos com acções de formação especialmente destinadas ao fomento do empreendedorismo feminino, no quadro do novo Programa Operacional do Potencial Humano.

Daí que, com mão de ferro ou com sensibilidade e instinto, esta seja uma tendência com fortes perspectivas de consolidação no futuro próximo... - (*) Economista, Vereador da Câmara de Braga, correspondente do PL

Noticias da Batalha

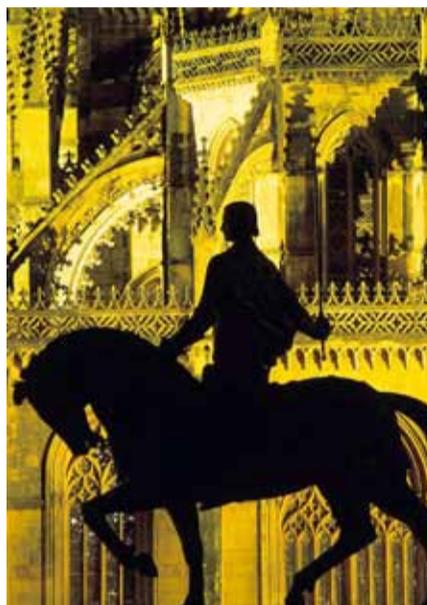
Sobre as declarações do primeiro-ministro no lançamento da Concessão rodoviária Litoral Oeste

O primeiro-ministro, Eng. José Sócrates, presidiu na passada sexta-feira, em Leiria, à sétima sessão pública de apresentação da concessão rodoviária do Litoral Oeste, onde está incluída a designada variante à Batalha (Variante ao IC 2, com portagens) e a construção do IC9 que ligará a Nazaré a Tomar, servindo igualmente a Batalha e, segundo anunciou o primeiro-ministro, a conclusão destes obras deverá ocorrer apenas daqui a três anos.

Na ocasião foi referido pelo governo que entre outros benefícios estas infraestruturas rodoviárias vão beneficiar os Monumentos históricos, em particular os Monumentos Património Mundial como o Mosteiro de Alcobaça e o da Batalha.

No entendimento do PSD da Batalha e acreditando que desta vez não estamos apenas a falar de mais anúncios ou de mais propaganda política, a concretização destas obras, há muito reclamadas pelas populações, constitui um factor positivo para a mobilidade de pessoas e bens nesta região.

Todavia, lamentamos que o governo uma vez mais mostre a sua arrogância ao não ceder aos diversos apelos de não



colocar portagens na designada Variante à Batalha, na razão que só por essa via será possível deslocar o trânsito rodoviário e sobretudo os pesados de mercadorias da actual EN 1 que passa junto ao Mosteiro da Batalha, património classificado pela UNESCO e que todos os relatórios técnicos apontam como a principal causa de

degradação daquele monumento.

Não compreendemos nem aceitamos os critérios deste governo em, por exemplo, não aplicar portagens na designada subconcessão do “Algarve Litoral”, numa extensão total superior a 250 km, com o argumento de proteger o turismo nacional e, no caso do Mosteiro da Batalha que regista mais de 800 mil visitantes por ano, o mesmo fundamento seja esquecido e quando estamos a falar numa variante a uma zona urbana com uma extensão de apenas 13 km que ligará a Batalha a Leiria.

Os legítimos interesses económicos das concessionárias não podem nem devem condicionar as decisões políticas de um governo que afirma defender o Património e o Turismo nacionais.

O PSD não se conforma com esta má decisão de colocar portagens na Variante da Batalha e irá tudo fazer para que o Mosteiro da Batalha e as populações do concelho sejam considerados na mesma forma que os cidadãos do Algarve ou da zona metropolitana de Lisboa, ambas as regiões consideradas com o maior poder económico do país. - A Assembleia de Militantes do PSD da Batalha

Noticias da Guarda

Vereadores do PSD contestam acta da reunião onde foi apresentado o relatório da análise do licenciamento de projectos assinados por Sócrates na década de 80

Os vereadores do PSD na Câmara da Guarda contestaram hoje o teor da acta da reunião onde foi apresentado o relatório da comissão interna que analisou o licenciamento de projectos assinados por José Sócrates na década de 80.

Segundo a vereadora Ana Manso, porta-voz da oposição, a acta da reunião do dia 28 de Janeiro “não corresponde aquilo que se passou efectivamente na reunião”.

“A acta não é a fiel tradutora daquilo que se passou”, disse hoje a vereadora social-democrata aos jornalistas, no final da sessão onde esteve acompanhada pelo vereador João Bandurra.

Denunciou parecer-lhe, no tocante à gravação constante num CD que a Câmara forneceu aos vereadores da oposição, que “há fortes indícios de que sofreu alterações, está adulterada e não corresponde aquilo que se passou na reunião”.

“Ouvimos o CD, foi traduzido para o papel e a tradução da gravação não coincide em nada com aquilo que se passou na reunião”, disse.

Ana Manso disse que “o que consta

da gravação do CD não corresponde aquilo que se passou na reunião e também, depois, não tem tradução na respectiva acta da reunião”.

No entender da oposição, este “é mais um episódio triste” do caso que envolve o primeiro-ministro “que tem sido tudo menos transparente”.

“É um episódio que lamentamos profundamente. Pensamos que é mau para a democracia, é mau para a instituição e não devia ter acontecido”, disse.

O presidente da Câmara da Guarda, Joaquim Valente (PS), que não esteve na reunião do dia 28 de Janeiro, garantiu hoje que “todas as reuniões são gravadas”.

Admitiu que possa ter existido falha nos microfones mas disse ter a certeza “que estará na gravação aquilo que se passou na reunião” do dia 28 de Janeiro.

Recorde-se que os três vereadores do PSD (Ana Manso, João Bandurra e José Gomes) enviaram este mês o referido relatório para a Polícia Judiciária (PJ) e para o Ministério Público (MP) por considerarem que o documento não apresenta

“conclusões satisfatórias”.

A comissão interna que analisou o licenciamento dos projectos assinados por José Sócrates na década de 80 concluiu que não existiram “diferenças assinaláveis” na rapidez com que estes foram aprovados pela Câmara da Guarda. - Fonte: Lusa



Na hora da despedida socialista...



O PSD congratula-se pelo facto de o executivo socialista procurar acompanhar a agenda da candidatura social-democrata à Câmara de Abrantes com a aprovação de diversas propostas há muito reivindicadas pelo PSD e, na maior parte dos casos, da autoria do próprio PSD.

Referimo-nos, especificamente, aos protocolos de parceria para a Regeneração Urbana de Abrantes e para a criação do Banco Social de Abrantes. Só é pena que o executivo socialista tenha demorado tanto tempo a acordar para dois problemas centrais do concelho e que, só agora pressionada pelo PSD e pelas eleições, tenha iniciado um processo que bem sabe já não irá ser ele a concretizar.

Serão, no entanto, dois projectos a que o PSD irá dar continuidade e enriquecer, caso vença as próximas eleições autárquicas (como se espera), tanto mais que foi o seu mentor e defensor. Desta vez, pelo menos, estes dois projectos não irão correr o risco de esbarrar na reconhecida incompetência socialista de os pôr em prática, uma vez que, como tudo indica, irá já ser o PSD a executá-los, após a vitória nas próximas eleições autárquicas.

Por sua vez, quanto à Nova Estratégia para a Programação Cultural, recentemente apresentada no edifício Pirâmide, é ela própria o reconhecimento público, como o próprio nome indica, do rotundo falhanço da política cultural do executivo socialista. Com efeito, durante 16 anos, o executivo socialista limitou-se, como tão bem sabe fazer, a esbanjar o dinheiro dos contribuintes em espectáculos culturais destinados aos tais vinte espectadores que, louve-se a devoção, se esforçam por, com a sua presença, minorar o desperdício. Mas a Nova Estratégia para a Programação Cultural, infelizmente, enferma dos mesmos vícios das anterio-

res estratégias, o que demonstra bem as dificuldades de aprendizagem do actual executivo. Sendo certo que a retirada avulsa de algumas propostas do programa eleitoral do PSD de 2005 apenas põe a nú as gritantes limitações de um executivo mais vocacionado para a reprodução mecânica do que para o raciocínio. E nas questões culturais, exige-se sobretudo que haja, pelo menos, alguém que pense.

O PS é, hoje, manifestamente um partido falido de ideias, de pessoas e de projectos. O PS é incapaz de gerar no seu seio qualquer ideia original: ou copia ou encomenda. Pensar é coisa a que é completamente avesso. Felizmente para o concelho de Abrantes, este executivo está de partida.

E até para o PS vai ser bom, depois de tanto tempo no poder e de tantos vícios acumulados, uma cura de oposição para renovar e arejar um aparelho socialista (mal) acostumado a viver, há demasiado tempo, à sombra do poder. - Gonçalo Nuno P. Oliveira - Presidente da CPS/PSD

CPS apresenta propostas de candidatura com incidência no sector do Turismo

No passado dia 28 de Fevereiro, a candidatura do PSD à Câmara de Abrantes promoveu uma visita de trabalho às freguesias de Fontes, Souto e Aldeia do Mato, para poder constatar no terreno a realidade vivida nestas freguesias.

A acompanhar o candidato do PSD à Câmara Municipal, Santana-Maia, esteve Pedro Passos Coelho, os deputados Miguel Relvas e Vasco Cunha, e os presidentes das Juntas de Freguesia de Aldeia do Mato, António Cruz, e do Souto, Diogo Valentim.

Esta jornada de trabalho culminou com a apresentação das linhas programáticas que a candidatura propõe para o sector do Turismo, no que respeita à zona norte do concelho.

Abrantes e, em especial, toda a zona abrangida pela albufeira do Castelo e Bode são dotadas de um potencial turístico único. O PSD defende uma política sustentada nos elevados recursos naturais que esta zona detém.

Apesar disso, os sucessivos executivos camarários socialistas têm votado estas freguesias ao mais triste e absoluto desprezo e esquecimento. E para constatar isto mesmo, basta olhar para a outra margem da albufeira.

O PSD não se conforma com esta situação. Por um lado, as pessoas destas freguesias merecem melhor sorte, merecem uma estratégia turística que as envolva e que lhes permita atingir um nível de vida adequado às suas legítimas expectativas. E, por outro, o concelho de Abrantes precisa urgentemente de rentabilizar e potenciar a sua margem da albufeira do Castelo do Bode, que é, sem qualquer sombra de dúvida, um dos seus principais recursos turísticos.

O PSD de Abrantes não só acredita que a actual e triste realidade pode ser alterada como irá contribuir decisivamente para a sua alteração, mal assumo os destinos da autarquia.

PROGRAMA 2009 – Turismo, Zona Norte

Tendo como pano de fundo a água e a floresta, envoltos numa morfologia equilibrada, em perfeita harmonia com os monumentos históricos, de interesse nacional, municipal e religioso, tudo conjugado com a gastronomia local e com

novos locais de lazer, cremos ser possível criar uma plataforma que vai permitir desenvolver o turismo no concelho de Abrantes.

Na Albufeira de Castelo de Bode melhorar-se-á o acesso automóvel ao parque Náutico de Aldeia do Mato, reformular-se-á a envolvente do mesmo e será criado um cais de embarque com acesso fácil a veículos com reboque. Noutro plano pretendemos aumentar a oferta do alojamento municipal, e procurar-se-á parcerias com habitantes locais de forma a evitar ao mínimo os efeitos da sazonalidade do local.

No Souto, urge criar um roteiro turístico, que tenha como base o património religioso desta freguesia e das limítrofes. É intenção promover parcerias com as associações locais para criar um local onde os turistas possam conhecer a história da freguesia e desfrutar de um momento lúdico em perfeita harmonia. A dinamização de um espaço existente, num local onde se encontrasse uma secção museológica e uma outra lúdica, permitiria oferecer um espaço diferente ao público, e ao mesmo tempo envolver os locais na dinamização deste espaço. Também aqui criar-se-ia um acesso automóvel à Albufeira do Castelo de Bode.

Em Fontes potenciar-se-á, em parceria público-privada a criação de acesso automóvel à Albufeira, onde será instalado um cais, onde funcionará um serviço de barco turístico, com ligações a Aldeia do Mato e ao Souto.

Ainda no que diz respeito à zona da Albufeira, será criado um novo pólo turístico, com um estabelecimento de restauração, aliado a uma loja de produtos típicos e artesanato local, a instalar num local com possua uma vista e uma localização privilegiada.

Para promover todos estes locais será desenvolvido um Web site, um panfleto, um slogan e uma campanha agressiva e constante em locais especificamente vocacionados para o efeito. Também será instalado um posto de informação turística descentralizado.

A floresta também será alvo de atenção, com a criação de percursos pedonais, para bicicletas, e outros para motos.

Neste campo será criado um gabinete que, entre outras funções, dará apoio especializado aos privados, para que estes mais facilmente possam investir, criando estabelecimentos de turismo rural ou ecológico.

Será feita uma aposta séria na exploração das potencialidades inerentes às características rurais desta zona, como grande atractivo ao lazer e ao descanso no seio da natureza.

Em simultâneo, e tendo em conta a reduzidíssima oferta hoteleira do concelho, iremos protocolar ligações regulares entre a cidade e todas as freguesias do norte do concelho, fins-de-semana inclusive. Também será criada uma plataforma com os agrupamentos escolares para divulgar esta zona do concelho e todas as suas potencialidades.

- CPS/PSD-Abrantes



Notícias de Almada

Comemoração do “Dia da Mulher”

Carta aberta a todas as Mulheres: todos os dias são dias da Mulher!

Será possível concentrar num só dia todo o agradecimento à Mulher?

Será possível acreditar que comemorando este dia silencia tudo o que à sua volta permanece?

Todos os dias são dias da Mulher, pois todos os dias somos mães, mulheres, amigas, companheiras.

O mundo continua o mesmo. As pequenas conquistas não alteram ainda hoje o essencial. A falta de respeito e às vezes a crueldade muitas vezes infligida às mulheres por uma sociedade ainda demasiadamente controlada por homens.

Neste Sec XXI, quando há mulheres que lutam por manter a sua dignidade, outras lutam apenas, e infelizmente, por sobreviver.

Mulheres cuja voz nunca é ouvida, cujo pensamento é ignorado e a morte, sim a morte, está permanentemente à sua beira.

Quem somos nós quando fechamos os nossos olhos a estas situações de abuso?

Quem somos nós para permitirmo-nos não ver o que aquilo que está á nossa frente?

Todos nós nascemos iguais em direitos.

Entendemos que só será possível comemorar o dia da Mulher, quando todas as mulheres forem livres, livres de agir, de viver e de escolher.

Quando forem tratadas com dignidade e respeito. Nesse dia, a luta há muitos anos iniciada terá feito sentido, E haverá, então, razões para comemorar o dia da Mulher.

Em 2008, foram 43 as mulheres que não resistiram às agressões de maridos, companheiros, namorados e morreram. E 2009 como será?

Foram feitas 20 mil denúncias das quais resultaram apenas 500 condenações. Por medo e às vezes compaixão, muitas são as mulheres que na recta final retiram a queixa. Outras vezes não é possível chegar ao fim pois não se conseguem provas concretas.

Quantas lágrimas e dor escondidas num silêncio gritante de vergonha, de incapacidade de ir mais além, de não saberem o que fazer, nem como fazer.

Quantas mortes mais terão que haver, para que a violência doméstica seja tratada de forma mais realista para que o agressor passe a ser condenado, para que se faça justiça.

Não basta, por isso, afirmar que a igualdade está consagrada na Consti-



tuição e que essa é fruto da democracia, fruto de um Abril cada vez mais distante e cada vez mais imperfeito.

A todas que acreditam que somos muito mais do que 53% da população deste país e de que juntas será possível combater e vencer este muro, a todas que lutam por condições melhores, salários mais reais, um mundo mais seguro para os seus filhos, a todas cuja sua sensibi-

lidade impera e que lutam diariamente apenas para sobreviver, a todas que acreditam no arrependimento e cujo coração e amor as impede de ver mais além, a todas vós, Mulheres, que o dia 8 de Março seja cheio de paz, serenidade e felicidade. E que todos os outros dias sejam dias de Paz, serenidade e felicidade.

Viva a Mulher todos os dias! - Ana Moura, Coordenadora das MSD Almada

Notícias de Braga

Ministério Público diz que há indícios de enriquecimento ilícito

A radiografia à investigação sobre o presidente da Câmara de Braga revela que, contados os meses de paragens, em quatro anos ninguém mexeu no processo. O arquivamento do caso era mais que provável, numa investigação que se limitou a recolher papéis

O caso teve “movimentação espasmódica”

Se o crime de enriquecimento injustificado estivesse previsto na lei portuguesa, Mesquita Machado seria, muito provavelmente, acusado. Esta é a conclusão do procurador responsável pela auditoria interna do Ministério Público à investigação ao autarca de Braga. “A factualidade investigada e apurada nos autos pode, sem dificuldade, reflectir uma situação de enriquecimento injustificado por parte de alguns titulares de cargos políticos e funcionários da Câmara Municipal de Braga, conduta que não tem tutela criminal”.

O relatório apresentado ao Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) pelo procurador distrital do Porto, Pinto Nogueira, tira a radiografia a oitos anos de investigação. Da leitura do documento, a que o DN teve acesso, fica claro que quantidade (número de volumes e apen-



sos) não significa qualidade.

A Polícia Judiciária do Porto limitou-se a recolher papéis em organismos públicos, como certidões, declarações de património e IRS. Por isso, o procurador do MP responsável pela inspecção ao caso afirma que este teve uma “movimentação espasmódica”, porque existem longos períodos em que o caso esteve parado sem qualquer acto de investigação.

O processo começou em 2000 na sequência de uma entrevista de um responsável dos CDS/PP de Braga ao extinto jornal Região do Minho. Miguel Brito denunciou publicamente suspeitas sobre o património de Mesquita Machado. Aberto o inquérito, a investigação andou numa roda livre de burocracia e viagens dos volumes do processo entre o MP de Braga e a PJ do Porto.

Só ao fim de oito anos, é que Mesquita Machado foi ouvido no processo. Não como arguido, mas como testemunha. Isto porque, apesar dos indícios de enriquecimento ilícito, a investigação (por falta dela) não conseguiu reunir provas para o relacionar a decisões camarárias. Como o crime de corrupção exige uma relação causa-efeito, tudo caiu por terra.

Segundo o documento, quer a Inspeção-Geral das Autarquias Locais, quer a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), a quem foi pedida colaboração, recusaram-se a intervir. Ambas, em síntese, alegaram falta de competência e meios. A IGF chegou a informar o MP que uma das razões para não colaborar, prendia-se com a “necessidade de assegurar o cumprimento do plano de actividades anual”. Já a brigada que investiga os crimes económicos da PJ do Porto justificou os atrasos com a alocação de inspectores ao processo “Apito Dourado”.

Na passada segunda-feira, o CSMP determinou a abertura de um inquérito formal ao caso que será conduzido por um inspector do Ministério Público. Já Mesquita Machado, em entrevista ao DN, reiterou que todas as suspeitas foram arquivadas e que tudo não passa de uma cabala do PSD. - Carlos R. Lima, © DN

I Seminário Náutico do Município de Ílhavo

A criação do Fórum Náutico do Município de Ílhavo assume uma estratégia de dinamização das actividades náuticas, nomeadamente na área do desporto, da cultura e do recreio, congregando esforços entre agentes que desenvolvem a sua actividade nestas áreas, na prossecução de objectivos que visam potenciar as nossas condições naturais e a nossa história, e que simultaneamente cumprem a missão de serem factores de diferenciação, valorização e de modernidade do Município de Ílhavo.

Estando numa fase inicial da sua actividade, vamos realizar o I Seminário Náutico do Município de Ílhavo, no dia 13 de Março 2009, numa perspectiva de partilhar as primeiras actividades deste novo Fórum, conhecer programas desenvolvidos pelas Federações de Canoagem, Natação e Vela, assim como experiências de associações náuticas da Galiza, usando o espaço único do Museu Marítimo de Ílhavo. Com esta realização, da qual agradecemos a sua divulgação, damos um contributo para a dinamização das actividades náuticas, elemento de valorização

do Município de Ílhavo, da Região de Aveiro e de Portugal.

VI Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”

No seguimento do grande sucesso obtido com a realização das edições anteriores do Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”, o Executivo Municipal aprovou, no passado dia 2 de Março, as Normas de Participação no VI Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”.

Este concurso conta mais uma vez com o apoio do Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura, da revista FotoDigital e do Diário de Aveiro. O concurso será de âmbito nacional nas categorias cor e preto/branco, decorrendo até ao dia 15 de Junho de 2009.

Atendendo ao facto de ter sido criado recentemente o Fórum Náutico do Município de Ílhavo, foi excepcionalmente criada neste concurso, uma Secção Especial denominada “Desporto no Fórum Náutico do Município de Ílhavo”, à qual cada fotógrafo poderá concorrer com



uma fotografia em cada uma das categorias (cor e p/b), que retrate a temática.

A entrega dos prémios acontecerá em Agosto, mês em que os 50 melhores trabalhos irão ficar expostos na Sala de Exposições Temporárias (Porão de

Salgado) do Navio Museu Santo André.

Mais informações na própria Câmara Municipal, através do telefone 234 329 602 ou do e-mail geral@cm-ilhavo.pt. - Gab. Imp. CM Ilhavo

Simulacro de mega-acidente, testa reacções dos responsáveis

Um veículo desconhecido abalroa uma carrinha de transporte de reclusos, na saída do Tribunal de Sintra, numa tentativa de sequestro do prisioneiro.

O veículo acaba por ser projectado para uma ravina, mas um dos sequestradores tenta a fuga com a carrinha e com o prisioneiro. Seguidamente, um carro da polícia colide com a frente da carrinha de forma a travar a sua fuga. Um quarto veículo, de passageiros, acaba envolvido no acidente, assim como dois peões que são apanhados no passeio.

Foi com este cenário que se debateram os bombeiros e protecção civil de Sintra, num simulacro que se realizou no dia 7, Sábado, a partir das 10H00, no acesso ao Palácio da Justiça na Portela de Sintra e que tinha como finalidade testar a capacidade de interacção entre os agentes de Protecção Civil de Sintra.

Todas as corporações (9 no total) de bombeiros do Concelho de Sintra mais três elementos da Protecção Civil de Sintra estiveram envolvidos neste simulacro, enquanto os meios envolvidos consistem em quatro (4) Veículos de Salvamento e Assistência Tática, dez (10) ambulâncias e dois veículos de comando.

Os bombeiros e forças de protecção civil tiveram que “prestar assistência” a 10 vítimas, duas em estado grave, com algumas situações de encarceramento no interior dos veículos.

Também a Polícia Municipal e a GNR participaram, tendo a organização do trânsito a seu cargo.

Este simulacro tem ainda como objectivos específicos avaliar a capacidade de articulação entre as equipas de desencarceramento e pré-hospital na intervenção em cenário de acidente, identificar os principais défices nas actuações conjuntas (e também as suas mais valias), garantir uma eficaz aplicação de técnicas e cuidados às vítimas de acidente de viação.

Projecto “Pré-programa de Competências”



Trabalhar com crianças a disciplina, o auto-controlo, os sentimentos, a auto-estima e as competências sociais são alguns dos objectivos do Projecto Pré – Programa de Competências, que a autarquia está a promover desde Outubro e até Junho, para cerca de 510 crianças de instituições da rede solidária do concelho.

Este projecto pretende trabalhar com crianças a disciplina e o auto-controlo, a diferenciação emocional - sentimentos, a auto-estima e as competências sociais,

bem como estimular as crianças a praticar comportamentos positivos, seguros e saudáveis, que lhes permitam serem autónomas e únicas, no contexto, da relação com o outro e com o mundo à sua volta.

Assim, a autarquia, em parceria com a Associação Prevenir, tem vindo a apostar em Programas de Prevenção, que se devem iniciar precocemente, nomeadamente no jardim de infância, antes do aparecimento de comportamentos de risco, como a violência, a depressão, o abandono escolar, a toxicod dependência,



entre outros.

Este projecto é composto por três formações dirigidas às Educadoras de Infância, ao longo do ano lectivo, um Manual Didáctico para os Educadores “Pré: Guia de Competências”, onde se aborda o desenvolvimento de competências psicossociais de forma atractiva e lúdica e um Jogo “Nina e Nino: Baralho dos Sentimentos”. Este é um jogo de cartas diferente e inovador que aborda as emoções e os sentimentos.

Polícia Municipal monta operação especial de fiscalização

A Polícia Municipal de Sintra desenvolveu, nos dias 7 e 8 de Março, várias acções de fiscalização de trânsito em diversas artérias do Município, tendo sido detido um homem por violência doméstica, fiscalizados 80 veículos e levantadas 17 contra-ordenações.

Nestas acções, que contaram com a mobilização de 14 agentes e funcionários, foram fiscalizados cerca de oitenta (80) veículos, tendo sido removidos (12) por ostentarem indícios de venda na via



pública, foram levantados dezassete (17) autos de contra-ordenação entre os quais dois (2) por falta de seguro e um (01) por falta de inspecção periódica.

No Sábado, 7 de Março, pelas 10H30, foi detido um indivíduo do sexo masculino de 43 anos de idade, na via pública,

freguesia de Cacém, por ter sido interceptado a agredir outro do sexo feminino com quem mantém relacionamento, encontrando-se, na altura da detenção pelos Agentes da Policia Municipal, na posse de uma arma branca, que lhe foi apreendida.

Depois de conduzido à esquadra verificou-se que tinha pendente um mandado de captura para prestação de pagamento de multa, que liquidou.

Foi detido e notificado para comparecer no Tribunal Judicial da Comarca de Sintra.

Filipa Amaral expõe na galeria municipal

A Galeria Municipal de Sintra inaugurou no dia 7 uma exposição de pintura de Filipa Amaral, que estará patente até 1 de Abril. Nesta exposição, Filipa Amaral expressa, de forma abstracta, todos os sentidos e emoções que a realidade desperta, apela aos afectos, à libertação dos preconceitos e juízos de valor.

Cada obra é a constatação de que existe mais na vida humana para além daquilo que vimos, das noções que temos sobre o mundo, daquilo que julgamos sobre nós próprios, ou sobre os outros.

A Galeria Municipal de Sintra fica situada no Edifício do Turismo, Praça da República, nº 23, em Sintra. - CM-Sintra

Notícias dos Açores

Berta Cabral anuncia criação do Fórum para a Participação da Mulher

A líder do PSD/Açores anunciou a criação do Fórum para a Participação da Mulher, cujo objectivo é “criar oportunidades locais e regionais de reflexão e debate” acerca do papel da mulher no desenvolvimento da Região.

“Ao longo dos próximos meses e anos, vamos implementar sucessivamente um Fórum para a Participação da Mulher, que terá por missão criar oportunidades locais e regionais de reflexão e debate sobre o papel da mulher – de todas as mulheres – no desenvolvimento dos Açores”, afirmou Berta Cabral, durante um encontro com duas centenas de mulheres, em Ponta Delgada, que assinalou o Dia Internacional da Mulher.

Segundo a dirigente social-democrata, mulheres e homens “de todas as idades, sejam militantes, simpatizantes ou independentes”, vão ser “desafiados” em todas as ilhas a “contribuírem, de forma organizada ou individual, para a definição de um conjunto de políticas de nova geração, verdadeiramente capazes de salvaguardar a igualdade de oportunidades”.

A presidente do PSD/Açores revelou que este fórum vai desenvolver-se de forma progressiva, “especialmente nos anos de 2010 e 2011”, culminando como uma das “componentes sociais do programa eleitoral de governo” que o PSD vai submeter ao eleitorado nas eleições legislativas regionais de 2012”.

“Com a participação de todos – homens e mulheres – vamos conseguir o desenvolvimento que os Açores precisam e que os açorianos merecem”, considerou.

Berta Cabral referiu, no entanto, que “não nos devemos iludir pela liderança de algumas mulheres no palco da vida quando ainda em bastidores há muitas outras sem reconhecimento e, principalmente, sem respeito”.

Para a líder social-democrata açoriana, “só faz sentido deixar de comemorar o Dia da Mulher quando também deixar de haver violência doméstica”.

“Assim, a nossa primeira palavra de preocupação e de solidariedade é para as 177 mulheres dos Açores que no ano passado tiveram a coragem de denunciar à APAV que são vítimas de violência física e psicológica no meio familiar, em

muitos casos de forma continuada, por parte dos seus maridos ou companheiros”, sublinhou.

A presidente do PSD/Açores sustentou que a dignificação da mulher na sociedade “começa por ser uma questão cultural”, devendo a educação das sucessivas gerações “ser orientada para o respeito mútuo, a igualdade de oportunidades, a participação feminina”.

Berta Cabral acrescentou que o aumento da participação da mulher na vida comunitária depende da “melhoria das condições actuais da própria organização social”, tornando-se necessário “desenvolver soluções efectivamente capazes

de conciliar as responsabilidades, tantas vezes incompatíveis, entre as exigências da carreira profissional e as obrigações da vida familiar”.

Para a líder do PSD/Açores, “é preciso encontrar as respostas adequadas aos novos desafios da vida moderna, por exemplo, com flexibilização de horários laborais, com maiores redes de Creche e ATL, com melhores meios de apoio domiciliário ao idoso”.

“O desenvolvimento qualitativo dos Açores faz-se também com quantas constituem a parte maior da população açoriana. Não por serem mulheres, mas sim por prestarem um contributo válido. Não com espírito de feminismo, mas sim com sentido de globalidade”, afirmou.

PSD/Açores propõe planos de “regularização” de dívidas das empresas

O líder parlamentar do PSD/Açores defendeu hoje que só a criação de planos de “regularização das dívidas ao fisco e segurança social” vai permitir a muitas empresas recorrerem às medidas anunciadas pelo governo regional para combater a situação de crise da economia açoriana.

“Muitas das medidas implementadas pelo governo estão inacessíveis às próprias empresas regionais. Há que implementar medidas que facilitem esse acesso. Foi nesse sentido que o PSD apresentou outro conjunto de iniciativas, designadamente as que têm a ver com a regularização da situação contributiva perante o fisco e a segurança social”,



afirmou António Marinho, no final de uma reunião dos deputados do PSD/Açores com a direcção da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O líder da bancada social-democrata referiu que a proposta de criação de planos de “regularização” das dívidas das empresas açorianas faz parte do conjunto de medidas legislativas de combate à crise a entregar, esta semana, pelo partido no parlamento.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores acrescentou que os social-democratas defendem que as propostas governamentais de Plano e Orçamento para 2009 devem apostar no “aumento de liquidez da economia, pondo dinheiro junto dos agentes económicos regionais, designadamente as famílias e empresas”.

“Um euro nas mãos das pessoas e das empresas vale mais que um euro nas mãos do governo”, salientou.

A reunião com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada inseriu-se na ronda de contactos do grupo parlamentar do PSD/Açores com os parceiros sociais para preparar o debate do Plano e Orçamento da Região para 2009.

Falta de efectivos “condiciona acção da PSP” em Angra

Os deputados do PSD eleitos pela Terceira manifestaram hoje uma “preocupação clara com o défice de agentes disponíveis ao efectivo da polícia de segurança pública (PSP) no concelho de Angra”, uma realidade “que vem de há longos anos e que se traduz actualmente na falta de 74 agentes nesta agora divisão, ou seja cerca de 30% do que está estipulado por lei”, explicaram esta tarde.

Segundo os sociais-democratas essa carência é notória “na falta de patrulhamento das cidades e face à multifuncionalidade a que a PSP se vê obrigada nos dias de hoje”, sendo que “Angra do Heroísmo



é um caso paradigmático dessa falta, pois transforma-se numa cidade fantasma de noite, sem gente nas ruas, o que também se assemelha à vivência na Praia da Vitória e que pode ser relacionada com a falta de segurança dos cidadãos”, disse António Ventura.

O deputado foi quem deu voz às preocupações laranja, e falava tarde na cidade-património, após uma reunião mantida com os responsáveis pela PSP local, onde relembrou a proposta “feita pelo PSD a 22 de Fevereiro de 2006, de criação dos conselhos municipais de segurança”, órgãos que nunca entraram

em funcionamento, “pese embora tenha sido uma proposta aprovada por todos os quadrantes políticos”, recordou.

O social-democrata considerou que “assim, não existem a nível local, as necessárias parcerias de entidades, cujos pareceres poderia ser extremamente úteis no combate à criminalidade e na manutenção da segurança”, assegurando mesmo que “estamos perante uma falha de avaliação social, em muito causada pela ausência destes órgãos e pela contínua manutenção de opções erradas também por parte da tutela”, criticou.

Sobre a eventual criação de uma força municipal de polícia em Angra, António Ventura avançou que “essa é uma opção vista com bons olhos pela PSP local, até porque permitiria a libertação de vários agentes do seu efectivo para outras funções onde são precisos”, isto embora o deputado avance que “é uma opção a requerer estudo, mas perfeitamente aceitável, pois está visto que há agentes da PSP a efectuar tarefas, tais como a verificação dos parquímetros ou os cortes de trânsito em tempo de festas, que poderiam ser asseguradas por essa outra força”, explicou.

Portas do Mar “à beira” da reabilitação

O PSD/Açores denunciou hoje a necessidade de “reabilitação a vários níveis” do empreendimento Portas do Mar, em Ponta Delgada, uma estrutura “que terá custado ao erário público cerca de 60 milhões de euros” e que “foi sempre apresentado pelo governo regional como um projecto dinamizador da actividade turística na ilha de São Miguel”, o que levou o grupo parlamentar social-democrata a, através de um requerimento, querer saber se o executivo “reconhece ou não tal necessidade”, explicam.

Segundo o deputado Jorge Macedo as carências apresentadas pelas Portas do Mar passam mesmo “pela própria

viabilidade comercial dos seus espaços”, um assunto que já motivou da tutela o anúncio de “estar a estudar um mecanismo que permita garantir essa viabilidade comercial”, enquanto a própria associação que gere o espaço diz “desenvolver um projecto de reabilitação da zona” que, recorde-se “foi inaugurada há cerca de nove meses”, lembra o parlamentar.

As notícias mais recentes relatam que “a taxa de incumprimento, no pagamento das rendas, é superior a 50%”, diz o social-democrata, referindo-se “às dificuldades encontradas pelos empresários que arrendaram espaços comerciais nas Portas do Mar”, uma estrutura que o governo disse sempre “iria ter impacto na economia regional”, pois assegurava “uma capacidade reprodutiva e geradora de emprego”, acrescenta Jorge Macedo.

Assim o PSD quer saber “quais são as dificuldades de funcionamento diagnosticadas”, uma vez que “o presidente da Associação Portas do Mar informou já terem sido estabelecidos diversos contactos com as entidades oficiais para se estudar qual a melhor intervenção a realizar no complexo urbanístico e de modo a resolvê-las”, e sendo que o PSD “aguarda que o governo esclareça quando pensa implementar tais medidas e quais serão elas”, declara o deputado laranja.

No requerimento enviado ao parlamento, os sociais-democratas querem também saber se o governo regional “tem preços de arrendamento dos espaços comerciais das Portas do Mar com diferentes valores por metro quadrado”, e “com que fundamento tal se verificará”, do mesmo modo que pedem informações sobre “a fixação de novos valores de renda desses espaços e se estarão previstas variações para o Verão e para o Inverno”, isto integrando a questão relativa “a um hipotético estudo do impacto económico das Portas do Mar”, que o PSD desconhece “se foi ou não feito”, conclui Jorge Macedo.

- Fonte: Gab. Imp. PSD/Açores





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Albufeira, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 no Hotel Real Bellavista, sito na Av. do Estádio, em Albufeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política da Secção de Albufeira relativa à candidatura à presidência da Câmara ao abrigo do n.º 2 f) do Art. 50º dos Estatutos do PSD

2 – Debate sobre o Programa Eleitoral Autárquico

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 26 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede concelhia, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise, discussão e aprovação das Contas Concelhias respeitantes a 2008

2 – Análise da situação política (estratégia autárquica)

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 19 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30 na Casa Municipal da Cultura, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apresentação e aprovação das contas do ano de 2008

2 – Análise da situação política

CONSTÂNCIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Constância, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 20h00 na sede concelhia sita na Rua Luís de Camões, n.º 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise e aprovação das Contas de gerência de 2008

2 – Análise da situação política actual

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2009, (sábado) pelas 16h30 na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Relatório e Contas de 2008

3 – Plano de actividades e Orçamento para 2009

4 – Eleições autárquicas

5 – Análise da situação política

LISBOA / AML

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Março de 2009 (segunda-feira), pelas 21.00 Horas, no Fórum Lisboa, sito na Av. de Roma 14, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Apresentação e votação do Relatório e Contas do exercício do Ano de 2008

2 - Análise da Situação Política pela Presidente do PSD Dra. Manuela Ferreira Leite

MAFAMUDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Mafamude, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Ratificação da indigitação do candidato à Junta de Freguesia de Mafamude para as próximas eleições autárquicas

2 – Análise e discussão da situação política

3 – Outros assuntos de interesse

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório Venepor, sito na Rua Simão Bolivar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação das Contas da Secção referentes a 2008

2 – Apresentação e aprovação do

Plano de Actividades e do Orçamento da Secção para o ano de 2009

3 – Eleições Autárquicas – candidato à Câmara Municipal da Maia

4 – Análise da situação Política

5 – Diversos

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2009, (terça-feira) pelas 21h00 na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e aprovação das contas de 2008

2 – Análise da situação político – partidária

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 19 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Eleições Autárquicas

3 – Análise da situação política local e nacional

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 no Salão da Junta de Freguesia da Palhaça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise e votação do relatório de Contas do exercício de 2008

2 – Análise e votação da Plano de Actividades e Orçamento para 2009

3 – Análise da situação política concelhia, distrital e nacional

4 – Outros assuntos de interesse concelhio, distrital ou nacional

SANDIM / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sandim – Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 17h00 na sede do Núcleo, sita na Rua da Costa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão

Política do Núcleo da Freguesia de Sandim

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 30 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00 no Auditório Municipal da Quinta das Pratas, sito na Quinta das Pratas, (perto do Estádio Municipal e do Hotel) no Cartaxo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Análise, discussão e aprovação das Contas de 2008

2 – Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2009, (terça-feira) pelas 21h30 na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Apresentação das contas referentes ao ano de 2008

2 – Análise da situação política partidária



NÚCLEO DE S. JOÃO DE LOUROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo da JSD de São João de Lourosa, para reunir no próximo dia 9 de Maio de 2009, pelas 14h30, na Sede Concelhia da JSD Secção de Viseu, sita no Rossio – Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo da JSD de



São João de Lourosa.

Nota:

As listas de candidatos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Viseu da JSD, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD/Viseu.

Para exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 15 horas às 16h30.

O Presidente da Mesa da Secção de Viseu da JSD

(Luís Outeiro)

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital de Castelo Branco, a reunir no dia 8 de Março de 2009, pelas 21 horas, na Sede Distrital, em Castelo Branco, na Rua do Pina, n.º 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da situação política;

2 – Análise da questão eleitoral distrital dado o mandato culminar a 16.07.2009.

3 – Definição do Calendário Eleitoral dos Órgãos Distritais, dependente do ponto 2, e marcação da data do Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção do Seixal da JSD, para reunir no dia 5 Abril de 2009, pelas 18 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, n.º 11, Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação Política e Partidária;

3 – Outros Assuntos.

A Presidente de Mesa do Plenário da Secção do Seixal

(Maria Luísa Marques da Gama)

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Castelo Branco, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 16 horas, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua do Pina n.º 6 em Castelo Branco com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Castelo Branco ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou

conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco;

8 - As urnas estarão abertas das 16h30m às 17h30m.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio do Fundão, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 16 horas, na Sede do PSD do Fundão, sita na Rua do Conde de Idanha-a-Nova, Edifício Acrópole, Piso 1, Loja 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia do Fundão ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Fundão;

8 - As urnas estarão abertas das

16h30m às 17h30m.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da Covilhã, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 16 horas, na Sede do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia da Covilhã ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Covilhã;

8 - As urnas estarão abertas das 16h30m às 17h30m.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)

IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Idanha-a-Nova, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Idanha-a-Nova, sita na Travessa de Nossa Sr.ª do Rosário em Idanha-a-Nova com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Idanha-a-Nova ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou

conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Idanha-a-Nova;

8 - As urnas estarão abertas das 15h30m às 16h30m.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da Sertã, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 15 horas, na Sede do PSD da Sertã com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Sertã ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Sertã;

8 - As urnas estarão abertas das 15h30m às 16h30m.

A Mesa do Conselho Distrital

(Elsa Marmelo)



OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Oleiros, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Oleiros com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Oleiros ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Oleiros;

8 - As urnas estarão abertas das 15h30m às 16h30m.

A Mesa do Conselho Distrital
(Elsa Marmelo)

VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila de Rei, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Vila de Rei com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Vila de Rei ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de

membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Vila de Rei;

8 - As urnas estarão abertas das 15h30m às 16h30m.

A Mesa do Conselho Distrital
(Elsa Marmelo)

PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Proença-a-Nova, para reunião a realizar dia 11 de Abril de 2009, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Proença-a-Nova com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Proença-a-Nova ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Proença-a-Nova;

8 - As urnas estarão abertas das 15h30m às 16h30m.

A Mesa do Conselho Distrital
(Elsa Marmelo)